

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à concorrência pública n.º 002/2019, onde supostamente existiriam diversos vícios no edital e no resultado do certame, bem como superfaturamento decorrente do contrato da referida licitação

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como atenção ao Enunciado 03-CSMP e ao art. 27 da Resolução 007/2019 CPJ, ante insuficiência de provas.

1.3.42. Processo n.º 000033-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Raphael Bessa Ferreira

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas receptação irregular da Gratificação de Regime de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (TIDE) concomitante com acúmulo de cargos pelo professor da UEPA, Sr. Raphael Bessa Ferreira

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como atenção ao Enunciado 03-CSMP.

Itens 1.3.1 a 1.3.42 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader

Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir

Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (relatora), Rosa Maria Rodrigues Carvalho e

Francisco Barbosa de Oliveira.

1.4. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

1.4.1. Processo n.º 000223-087/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Brejo Grande do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar supostas irregularidades que ensejaram a anulação do certame licitatório de nº 09/2017 para locação de veículos leves, caminhonetes, caminhões e máquinas pesadas no Município de Brejo Grande do Araguaia

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006. DECIDIU, ainda, que a Promotoria de Justiça de origem extraia cópias digitais dos autos e encaminhe à autoridade policial de Brejo Grande do Araguaia para instauração de procedimento policial, sugerindo como diligências: perícia nas assinaturas da empresa L&C; oitivas dos demais membros da CPL e diligências junto ao TCM, para verificar a regularidade do certame.

1.4.2. Processo n.º 001920-116/2013

Requerente(s): Banco da Amazônia S/A (BASA)

Requerido(s): Angélica Patrícia Almeida Monteiro

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de escritório de advocacia por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação pelo BASA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.3. Processo n.º 000388-383/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Piçarra

Origem: PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Apurar indícios de improbidade administrativa em relação ao Município de Piçarra pelo não pagamento do precatório nº 32/2016

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.4. Processo n.º 000141-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Papa João Paulo XXIII - FUNPAPA

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela FUNPAPA em relação ao pagamento dos salários de seus motoristas contratados, com valores do Fundo da Infância e Juventude

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.5. Processo n.º 000107-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposta prática de irregularidades em relação ao processo licitatório nº 2012/121237-SEGUP, Pregão Eletrônico nº 029/2012, para locação de veículos automotivos para atender aos Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.6. Processo n.º 000012-151/2014

Requerente(s): Comissão de Moradores da Área da Liberdade

Requerido(s): Associação de Moradores da Área da Liberdade (AMAL)

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar responsabilização pela irregularidade na prestação de contas da AMAL

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.7. Processo n.º 001973-116/2013

Requerente(s): Polícia Federal

Requerido(s): Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar irregularidades na contratação da empresa LEME Engenharia LTDA para atuar como preposta na fiscalização do contrato nº 21/2002/COSANPA - "PROJETO UNA"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.8. Processo n.º 000287-151/2018

Requerente(s): Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE (NCIC)

Requerido(s): Renilce Nicodemos Lobo

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar supostas irregularidades na utilização de veículos oficiais pela ex-secretária de estado de esporte e lazer, Sra. Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo, quando não se encontrava mais no cargo para concorrer às eleições

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.9. Processo n.º 003007-131/2018

Requerente(s): Antônia Francismara Pamplona de Souza

Requerido(s): Estado do Pará - SEDUC

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar suposta prática de assédio moral por parte da Sra. Maria Azenaide Rodrigues, diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Tenoné, contra os servidores Antônia Francismara Pamplona de Souza, Lourinoel Santos de Abreu e Devison Rogério Moreira Pereira

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo o seu julgamento em diligências a serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem, nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.4.10. Processo n.º 000039-912/2015

Requerente(s): Moradores do Jardim Filadélfia - Itupiranga/Pa

Requerido(s): Maria Pereira Chamom

Origem: 12ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar o procedimento da regularização fundiária do imóvel rural denominado "fazenda castanhal" no município de Itupiranga/Pa

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.11. Processo n.º 000379-096/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Xinguara/PA

Origem: 1º PJ de Xinguara

Assunto: Apurar supostas irregularidades atinentes à lotação dos trabalhadores em educação no município de Xinguara

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.12. Processo n.º 000129-155/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa, Iraldo Farias Barreto e Ivo Farias Barreto

Origem: Promotoria de Justiça de Augusto Corrêa

Assunto: Apurar a ocorrência de ato de gestão contrário ao interesse público que se enquadre na LEI Nº 8.429/92

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.13. Processo n.º 001084-032/2018

Requerente(s): Sindicato dos Profissionais do Magistério de Paragominas (SINSEMP)

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Paragominas

Origem: 3º PJ de Paragominas

Assunto: Apurar supostas irregularidades quanto a ausência de transporte escolar, merenda escolar e condição do alojamento dos professores

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.4.14. Processo n.º 000058-113/2021

Requerente(s): Anônima

Requerido(s): Sucataria da Lora e Zezinho Sonho Meu

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo

Assunto: Apurar possível poluição sonora provocada pelo funcionamento do estabelecimento